

História, educação e infância: uma análise a partir da *Pequena História da Educação*, das madres Peeters e Cooman (1936)*

*Jani Alves da Silva Moreira***

*Telma Adriana Pacífico Martineli****

Resumo. O objetivo deste artigo é apresentar uma análise acerca do manual de história da educação, intitulado *Pequena História da Educação* das madres Francisca Peeters e Augusta de Cooman (1936), amplamente utilizado no período das escolas normais no Brasil. Busca-se apreender os conceitos de História, Educação e Infância presentes nos enunciados desta obra.

Palavras-Chave: História; Educação; Manual Escolar; Infância.

History, education and childhood: Analysis of *Pequena História da Educação*, by Sisters Peeters and Cooman (1936)

Abstract. Current paper analyzes the textbook called *Pequena História da Educação* by Sisters Francisca Peeters and Augusta de Cooman (1936), which was widely used in Training Colleges in Brazil. The concept of History, Education and Childhood in the textbook are discussed.

Keywords: History; Education; Text book; Childhood.

Historia, Educación e Infancia: Un análisis a partir de la *Pequeña Historia de la Educación*, de las Madres Peeters y Cooman (1936)

Resumen. El objetivo de este artículo es presentar un análisis sobre el manual de historia de la educación, titulado *Pequeña Historia de la Educación*, de las madres Francisca Peeters y Augusta de Cooman (1936), ampliamente utilizado en su momento por las escuelas normales de Brasil. Se busca aprehender los conceptos de Historia, Educación e Infancia presentes en los enunciados de esta obra.

Palabras Clave: Historia; Educación; Manual Escolar; Infancia.

* Artigo recebido em 24/03/2015. Aprovado em 30/06/2015.

** Professora Doutora do Departamento de Teoria e Prática da Educação da UEM, Maringá/PR, Brasil. E-mail: jasmoreira@uem.br

*** Professora Doutora do Departamento de Educação Física da UEM, Maringá/PR, Brasil. E-mail: telmamartineli@hotmail.com

Considerações Iniciais

A *Pequena História da Educação* é considerado um manual escolar que aborda o conteúdo da história da educação, escrito pelas religiosas católicas, a madres Francisca Peeters (1876-1973) e Maria Augusta de Cooman (1878-1963) em 1936. Foi amplamente utilizado na formação de professores que cursavam a escola normal. A análise que apresentamos nesse texto tem como foco a investigação sobre os conceitos de História, Educação e Infância presentes nos enunciados deste manual. Priorizamos responder em que medida tais conhecimentos e conceitos foram difundidos por meio deste manual, na formação de professores no período das escolas normais e que ganharam *corpus* teórico até os dias de hoje.

A escolha da referida obra se deu por este ser o primeiro manual de história da educação escrito por duas autoras madres religiosas e destinado ao ensino nas Escolas Normais no Brasil. Bastos (2006), Vidal e Faria Filho (2005), Almeida Filho (2006) e Freitas e Nascimento (2006), fazem menção a esta obra e situam o manual como uma referência no campo disciplinar da história da educação, pois é uma produção brasileira que expressou a memória do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932), como pondera Almeida Filho ao justificar suas análises sobre a memória do Manifesto de 1932:

A memória do Manifesto de 1932 foi construída nesses manuais, cristalizando imagens que conformaram o campo educacional e a própria formação de educadores. Foram selecionadas publicações produzidas entre 1936 – data do primeiro manual didático em que se encontra registrado a existência do Manifesto de 1932, cujas autoras são Francisca Peeters e Maria Augusta Cooman (2006, p. 2177).

Ao propormos essa análise, o referencial teórico utilizado centraliza o objeto investigado no tempo histórico de sua produção. Consideramos o manual escolar como uma produção resultante da própria história. A intenção neste estudo não é uma análise específica com recorte particular, microscópico

da historiografia, mas priorizamos uma análise que evidencia os determinantes históricos situados na forma, na metodologia, na linguagem utilizada na obra e sua relação na disseminação e construção de conhecimentos sobre a história da educação.

Bastos (2006) concebe que os manuais escolares revelam a constituição de um possível duplo movimento na disseminação de conhecimentos elaborados numa disciplina como a História da Educação:

Os manuais de pedagogia – cursos, tratados, lições – tiveram a função de iniciar os alunos da Escola Normal na “nova ciência da educação”, isto é, (in)formar e inculcar os valores de um sistema público de educação. Dessa forma, são manuais de profissionalização que visam fundar práticas profissionais em conformidade com um modelo, de forma prescritiva e útil [...] os manuais ou livros de texto participam da “gramática da escola” e definem o território dos discursos pedagógicos e curriculares (BASTOS, 2006, p. 335).

Os manuais escolares são textos disseminados na área de formação inicial dos professores, possuem dimensões específicas, pois respondem à necessidade de um primeiro contato com as questões educacionais, dirigem-se a estudantes e proporcionam um modo de consulta rápida e simplificada sobre a história da educação. Os autores dos manuais de acordo com Silva “escrevem sínteses, resumos, compêndios de idéias tidas como muito relevantes. Ou seja, há uma seleção de conhecimentos distribuídos numa vasta literatura, produzidos por diversos nomes e relacionados a diferentes instituições e áreas” (2003, p. 54).

Ao observarmos alguns manuais escolares distinguimos que os autores, enquanto leitores de outros teóricos, fazem das idéias presentes nas obras a sua própria inspiração. Todavia, esses autores podem criar outra ordem de formulações e organizar, a seu modo, as referências com as quais os professores devem estruturar o seu trabalho. Silva (2003, p. 54) analisa ainda que essa condução possibilita indagar sobre os modos pelos quais as teorias, modelos e conceitos pedagógicos, enfim, “o conjunto de referências do ofício

de ensinar, são dados a ler para os professores nos manuais, tentando identificar possíveis homogeneidades e especificidades nas maneiras como os saberes específicos da profissão docente foram produzidos e postos a circular”.

Consideramos que os manuais apresentam pressupostos teóricos, por vezes subjacentes a eles, concepções de educação ou ideias pedagógicas para fundamentar o desenvolvimento do processo de ensino nas escolas.

Nas análises do manual de Peeters e Cooman (1971) avaliamos de que forma se encontra presente a influência das ideias pedagógicas da Escola Nova, que foram instrumento na formação de professores, pois como já afirmamos até a década de 70 do século XX este livro “era adotado nas escolas normais e em alguns cursos de formação de professores oferecidos por universidades brasileiras, em sucessivas edições” (FREITAS; NASCIMENTO, 2006, p.01).

Cabe identificar quais as dimensões dos conteúdos expressos para o campo disciplinar da História da Educação que este manual disseminou nas categorias selecionadas: *História, Educação e Infância*. Os direcionamentos metodológicos utilizados nos estudos de Saviani (2008) auxiliam na compreensão da historiografia da educação brasileira presente nesse recorte. O autor enfatiza que há necessidade metodológica de se conhecer o percurso da historiografia da educação por meio da história das instituições escolares no Brasil. Atualmente, Saviani direciona essa compreensão pela via do “espectro da história das ideias pedagógicas” no Brasil, não entendidas em si mesma “mas na forma como se encarnam no movimento real da educação, orientando e, mais do que isso, constituindo a própria substância da prática educativa” (SAVIANI, 2009, p. 06).

Para tal proposto, esse texto prioriza uma análise que pauta-se nas seguintes discussões: a) Uma breve biografia das autoras e a descrição do manual *Pequena História da Educação*; b) Acerca do conteúdo da história e da educação apresentados no manual; e, c) Acerca do conteúdo e da concepção de infância apresentado no manual.

1 As autoras e obra¹

Madre Francisca Peeters e Madre Maria Augusta de Cooman foram as primeiras mulheres no Brasil que escreveram um manual de história da educação no início do século XX. Tal manual foi destinado para a formação das normalistas, como destacam no prefácio da segunda edição: “Êste modesto compêndio não é feito para eruditos. A única pretensão é servir às alunas normalistas que desejam noções resumidas sobre os processos educacionais no tempo e no espaço” (1971, p. 15).

Elisabeth Peeters nasceu em 21/10/1876, na cidade de Tournai, na Bélgica. Seu nome adotado como religiosa foi Francisca Peeters. Estudou no Colégio Santo André de Tournai e consagrou-se a vida religiosa em 13/12/1897. Madre Francisca Peeters com 38 anos chegou ao Brasil no dia 14/02/1914, em virtude da solicitação de D. José Marcondes Homem de Mello, bispo de São Carlos, solicitando a abertura de colégios em sua diocese. Deixou o porto de Southapton, a bordo do navio Araguaya no dia 23 de janeiro de 1914 e chegou em Santos-SP no dia 11 de fevereiro de 1914. Iniciou seu trabalho de educadora no Grupo Escolar Coronel Vaz e, depois, mudou-se para Jaboticabal em 1923. Atuou na organização do Colégio Santo André da Escola Normal, em Jaboticabal, que fora aprovada oficialmente em 1927. Lecionou até 1958 e depois continuou seu trabalho com traduções e trabalhos intelectuais. Em 1962, após uma grave intervenção cirúrgica, Madre Francisca se viu obrigada a retirar-se para a vida comum; sua saúde com o passar dos anos tornava-se cada vez mais frágil e no dia 23 de dezembro de 1973, veio a falecer.

¹ As informações sobre a biografia das autoras foram adquiridas com o setor de arquivo da Ordem Religiosa de Santo André por meio do e-mail: arquivo@santoandre.org.br. Há no site da Ordem Religiosa das Irmãs de Santo André e do Colégio de Santo Andre algumas informações adicionais. Disponível em: <http://www.csa.org.br/>

Peeters publicou sozinha outra obra intitulada *Noções de Sociologia*² (1935) e em co-autoria com a Madre Maria Augusta Cooman, publicaram a obra *Pequena História da Educação* (1936). A primeira edição deste manual foi publicada com o título: *Educação. História da Pedagogia* em 1936. Publicou-se a 2ª edição, em 1952, a 4ª edição em 1965, a 6ª edição em 1967, a 7ª edição em 1968, a 8ª edição em 1969, a 9ª edição, em 1970; e a 10ª edição em 1971 (BASTOS, 2006). Na segunda edição da obra, o título passou a ser - *Pequena história da educação* que se manteve nas demais edições.

Madelaine de Cooman nasceu em 11/02/1878 em Grammont na Bélgica. Chegou ao Brasil em 1916. Recebeu seu nome, adotada como religiosa, de Madre Maria Augusta Cooman em 14/12/1899. Iniciou seus estudos no colégio das beneditinas em Grammont e continuou em seguida, no Colégio da Congregação das Irmãs de Santo André em Tournai. Em setembro de 1899 iniciou sua vida religiosa. Proferiu os votos perpétuos em 16/09/1901 e foi enviada a Bruges onde lecionou nas classes superiores. No Brasil, trabalhou nas cidades de Jaboticabal, Araraquara e São José do Rio Preto. Madre Maria Augusta sofria com problemas de surdez e apresentava tais sinais há bastante tempo e este a fez passar por grandes provações. Suas atividades como educadora foram restringindo-se e com o tempo ela passou a trabalhar como contadora, secretária e bibliotecária, dedicando-se sempre com muito fervor a sua vida espiritual e missão como religiosa até seus últimos dias. Faleceu em 10/10/1963.

No prefácio à segunda edição da obra em questão (1971, p. 17) as autoras expressaram o contexto de disputas entre católicos e liberais escolanovistas da época, ou seja, entre a pedagogia laica e da pedagogia católica. Freitas e Nascimento destacam a hipótese de que este manual, além

² Sobre análise de manuais de Sociologia ver: (MEUCCI, 2007).

de expressar a defesa a fé católica, poderia representar uma disputa entre o protestantismo:

de alguma forma, fomenta o empenho das autoras em se colocar como produtoras de uma História da Educação, vinculada aos princípios religiosos professados por elas. Poderíamos também nos perguntar se os interlocutores das mães seriam os grupos de protestantes (batistas, metodistas, entre outros) que a cada década do século XX expandiam suas instituições educacionais e formadoras de pastores e lideranças religiosas pelos quatro cantos do país (2006, p. 03).

Na obra está presente a exortação aos valores católicos, no qual as autoras atribuíram apenas à religião católica a responsabilidade e competência na educação da juventude. Como expressam as autoras:

o grande pecado dos católicos hodiernos é não saberem conquistar o seu lugar ao sol e deixar as calúnias e a conspiração do silêncio atribuir ao campo adverso tôdas as iniciativas fecundas e as benemerências educacionais. Saudamos com toda a simpatia os que não partilham dos nossos ideais, dos esforços corajosos para o bem da juventude; mas reivindicamos de cabeça erguida para a nossa Religião a primazia neste domínio, como em todos os ramos da atividade espiritual. Tôda a obra da civilização é dela, e são legiões os que o confessam lealmente, ainda que não lhe prestem obediência e não lhe reconheçam a origem divina (PEETERS; COOMAN, 1971, p. 15).

Tal contexto de disputa também é evidenciado no Apêndice do capítulo V – *A idade média. Educação como disciplina*, onde expressam e criticam “com grande escândalo e virtuosa indignação aos detratores da Igreja na idade Média (Compayré, Damseaux, Guex e principalmente Soquet) (PEETERS; COOMAN, 1971, p. 55). Por meio de exemplos, as autoras contra-argumentam que os críticos da escolástica escreveram suas obras no auge das leis de laicização do ensino francês. Elas expressam a defesa com relação ao comportamento disciplinador da igreja na idade Média, aos castigos corporais adotados na escolástica. Citam São Boaventura (Séc. XIII) ao destacar que “O mestre deve ser todo bondade e humanidade para com os seus discípulos, tê-los

como filhos, e usar com eles da ternura duma mãe e da firmeza de um pai”. Com isso, justificam tais críticas ao expor os argumentos falaciosos, provenientes dos que querem laicizar o ensino:

Estamos pois longe do quadro tétrico que traçam os autores acima mencionados. Escreveram em 1880, época em que se editaram as famosas leis para laicizar o ensino na França. Era preciso justificar as medidas draconianas tomadas contra as congregações religiosas. Ninguém mais dá crédito a essas caricaturas, a não ser alguns espíritos primários que querem inculcar idéias laicas aos futuros educadores (PEETERS; COOMAN, 1971, p. 56).

Saviani explica que nesse embate, os católicos travaram um combate sem tréguas às novas ideias expressas pelo movimento dos renovadores da educação:

Nessa tarefa se destacaram os líderes que compunham a elite intelectual leiga, vinculados, de modo geral, ao Centro Dom Vital, sendo figura destacada Alceu de Amoroso Lima. No prefácio que redigiu para o livro *Debates pedagógicos* que reuniu artigos escritos em 1931, Alceu de Amoroso Lima expõe o essencial da visão católica de educação com a conseqüente crítica ao movimento renovador. Aí aponta um dos perigos que ameaça a pedagogia: o modernismo agnóstico. Considera que há “um grande sopro de renovação” a percorrer “toda a pedagogia universal”, o que tem levado a se confundir o moderno com o verdadeiro (SAVIANI, 2005, p.11).

Outra questão a ponderar é que mesmo ao enfrentar esse embate ideológico e político entre os dois grupos, houve um consenso, ou seja, aspectos em que ambos os grupos concordavam:

a propaganda do escolanovismo empreendida nas décadas iniciais do século XX estimula, entre os educadores em geral, a adequação de informações produzidas pela psicologia, sociologia, entre outras áreas, para explicar questões de aprendizagem e propor a racionalização das práticas pedagógicas. Seria equivocado afirmar que os “católicos” lutam contra a Escola Nova, uma vez que chegam a escrever manuais para professores tendo-a como seu tema principal. [...] os pontos de atrito entre Igreja e os Pioneiros são aqueles em que é ameaçado o controle da Igreja sobre o processo educacional: o direito e o dever de educar, a laicidade do ensino, a escola única (SILVA, 2003, p. 57).

Nas 154 páginas do manual da 10ª edição, publicado pela Edições Melhoramentos³, as autoras definem que o manual é um modesto compêndio que não é feito para eruditos. O manual está dividido em 19 capítulos, com dois prefácios, o da 1ª edição assinado pelo Dr. Lucio José dos Santos e o da 2ª edição assinado pelas autoras, e ainda uma Introdução, na qual justifica a periodização do manual e o objetivo da História da Educação para a Pedagogia.

Em relação à periodização utilizada para a organização dos dados sobre os conteúdos abordados e referentes à história da educação, as autoras apresentam a educação brasileira com a chegada dos jesuítas e apresentam sobre essa especificidade apenas no último capítulo, sendo os demais capítulos um esboço da história geral da educação. Pode-se aferir que utilizam o critério tradicional para a periodização, ou seja, expressam a “tendência em se buscar uma periodização centrada não nos aspectos externos, mas naqueles internos ao processo educativo” (SAVIANI, 2005, p. 8).

Observamos ainda, que o manual ao tratar da história geral, apresenta uma “visão tripartite da história” (JORGE, 2003, p. 27) com a presença do Capítulo V, denominado *Idade Média. Educação como disciplina* e Capítulo VI, *a Renascença a educação humanista*. Portanto, há um desvio no critério de periodização do manual com a presença de dois tipos de critérios: um centrado no campo pedagógico-educativo e outro pautado na visão tripartite.

Esse desvio representa um marcante problema na disciplina de história da educação, apresentada não como especialização temática da

³ Segundo Freitas e Nascimento (2006, p. 09) *A Pequena História da Educação* integrava a coleção “Biblioteca de Educação” publicada pela Editora Melhoramentos, sob direção de Lourenço Filho. Maria Rita de Almeida Toledo estudou essas coleções e esclareceu que elas se voltavam para a formação do professor (TOLEDO, 2000).

história, mas como ciência auxiliar da educação. Carvalho complementa tal discussão ao problematizar que a história da educação está fora do campo da história e em segundo plano no campo da educação:

Esse processo de subtração da história da educação do campo da história e de sua inserção entre as ciências da educação subordinou-se aos critérios de hierarquização e composição curricular que comandaram os investimentos teóricos e institucionais do grupo de intelectuais que se articulou, a partir de 1932, na Associação Brasileira de Educação, postulando para si o estatuto de renovadores da educação. Segundo, esses critérios, a história da educação teve seu estatuto configurado: instituída como disciplina destinada à formação de professores, **foi apartada do campo da investigação histórica**; ao mesmo tempo, **foi secundarizada no campo da educação**, no qual a sociologia, a psicologia e, por extensão, a biologia ganharam o estatuto de ciências matriciais. Subordinada à filosofia, configurou-se como disciplina escolar de caráter marcadamente moralizador (CARVALHO, 2004, p. 377 e 378. Grifos Nossos.)

Com relação a estruturação do manual, apresentamos o quadro com os seguintes capítulos e respectivos sumários dispostos no qual observa-se uma periodização:

QUADRO 1 - O índice no manual Pequena História da Educação (1971)

Páginas	Capítulo	Título	Sumário
19-24	I	A educação no Oriente	1. Na China, 2. No Hindustão 3. Na Judéia.
25-34	II	A cultura grega	1. Caracteres gerais da cultura grega, 2. Períodos da educação grega, 3. Homero, primeiro educador do povo grego, 4. A educação em Esparta e em Atenas, 5. A educação depois das guerras médicas, 6. Sócrates, Platão e Aristóteles e 7. Os retóricos e a conquista romana.
35-38	III	A educação em Roma	1. Característica dominante do romano, 2. Períodos da educação romano, 3. A educação em Roma antes das grandes conquistas, 4. Introdução das escolas gregas, 5. A educação no período imperial e, 6. Decadência da educação romana.

Páginas	Capítulo	Título	Sumário
39-42	IV	Os primeiros séculos da educação cristã	1. O novo ideal educativo, 2. Pedagogia perene do cristianismo, 3. Atitude dos primeiros cristãos em relação à escola, 4. Escolas de catecúmenos e escolas catedrais.
43-53	V	A Idade Média. Educação como disciplina	1. O monarquismo, 2. O surto dos estudos no período carolíngio, 3. A escolástica, 4. As universidades, 5. A cavalaria, 6. A educação nos últimos séculos medievais – Apêndice.
57-62	VI	A renascença e a educação humanista	1. Apanhado geral sobre a Renascença, 2. A Renascença na Itália: Petrarca, 3. A Renascença na Europa setentrional, 4. A Educação Humanista, 5. Alguns educadores dos séculos XV e XVI.
63-73	VII	A Reforma e Contra-Reforma	1. Significação verdadeira da chamada “Reforma”, 2. Influência deste movimento sobre a educação, 3. A Contra-Reforma e a Obra da Companhia de Jesus, 4. Port-Royal e seu sistema de educação secundária, 5. As escolas elementares: São João Batista de La Salle e o Instituto dos Irmãos da Doutrina Cristã.
74-81	VIII	A Educação Realista	1. Definição do realismo educativo, 2. Realismo Literário e seus representantes, 3. Realismo social, 4. Realismo científico e seus representantes.
82-84	IX	O novo conceito da educação como disciplina	1. Os antecedentes, 2. Caracteres gerais deste conceito e sua apreciação, 3. John Locke, protagonista da educação disciplinar.
85-90	X	A tendência naturalista da educação	1. Movimento filosófico do século XVIII, 2. Os “esclarecidos”, 3. Jean Jacques Rousseau e a educação naturalista, 4. Influência de Rousseau sobre as correntes educacionais dos séculos XVIII e XIX.
91-93	XI	O nascer do estatismo e do nacionalismo na educação	1. Napoleão e a educação, 2. O surgir do nacionalismo na Alemanha: Fichte e Hegel, 3. Caracteres do Nacionalismo Alemão, 4. O incremento recente das teorias nacionalistas.
94-103	XII	A tendência psicológica na educação	1. Os precursores, 2. Pestalozzi, 3. Herbart, 4. Froebel, 5. Influência respectiva desses pedagogos.

Páginas	Capítulo	Título	Sumário
104-107	XIII	O naturalismo científico	1. O abandono da religião na educação pública: influência de Kant e de Comte, 2. O novo rumo dado aos estudos pelo naturalismo, 3. Spencer: a predominância das ciências físicas e naturais sobre os estudos clássicos.
108-111	XIV	A educação individualista no século XX	1. Observações gerais, 2. Tolstói, 3. Ellen Key, 4. Gurlitt, 5. Montessori.
112-119	XV	Correntes educacionais derivadas do pragmatismo	1. Definição do pragmatismo: William James, 2. O pragmatismo na educação: a) nos Estados Unidos, b) na Alemanha, c) na Suíça, d) na Bélgica.
120-128	XVI	A reação espiritualista. A educação social moderada	1. Otto Willmann, 2. Friedrich Paulsen, 3. Foerster, 4. Benjamin Kidd, 5. Monsenhor Spalding, 6. D. João Bosco.
129-138	XVII	A reação espiritualista. A defesa dos estudos clássicos	1. Duas mentalidades em luta, 2. O ensino secundário nos seminários e colégios religiosos e nos estabelecimentos oficiais na Europa, 3. Dupanloup, educador, 4. A verdadeira idéia da universidade: Newman e Mercier.
139-141	XVIII	A psicologia experimental e a pedagogia	1. Esboço rápido do movimento, 2. A psicologia do comportamento e psicanálise.
142-151	XIX	Esboço da História da Educação no Brasil	1. Os primeiros educadores: os jesuítas, 2. Situação do ensino desde o dia da expulsão dos jesuítas e o advento da monarquia, 3. A educação no tempo da monarquia, 4. A República. Ao final, o manual apresenta um Apêndice intitulado Histórico da educação da mulher nos tempos modernos.
152-154	Apêndice	Histórica da educação da mulher nos tempos modernos.	

Na leitura da obra encontramos diversas referências citadas de Monroe (p. 50, p. 63), De Hovre (p. 17), Pe. Leonel Franca (p.63), Maurício de Wulf (p. 49), De La Salle (p. 71), Raimundo Lulli (p. 94). Constata-se no quadro apresentado que há um predomínio de autores da área da Religião, Filosofia e Psicologia. Isso comprova a influência da filosofia cristã das autoras e, posteriormente da própria escola moderna.

2 Os conceitos de História e de Educação apresentados no manual

Nas análises sobre o conceito de História e Educação no manual selecionado reportamos ao esclarecimento apresentado por Vidal e Faria Filho (2005), no que tange às diferentes vertentes que compõem o conceito de história da educação enquanto disciplina e área do conhecimento. Os autores apresentam como uma segunda vertente a história da educação nas escolas normais. Destacam que em 1928 a disciplina de história da educação foi introduzida primeiramente no currículo da Escola Normal do Rio de Janeiro:

A disciplina surgia no contexto das reformas que, nos anos de 1920, pretendiam modificar a educação nacional, introduzindo princípios da escola ativa, posteriormente aglutinados em torno do ideal da Escola Nova, no ensino primário e elevando o preparo docente pela ampliação e especialização do curso normal (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p.88).

Há nesse período a influência do primeiro manual de história da educação, de Afrânio Peixoto, publicado em 1933 na qual, destaca Nunes (1995, p. 57), inaugurou-se uma “regra narrativa que iria se instalar como modelo à escrita de manuais brasileiros de história da educação”. Há uma característica nesse momento que foi o de deixar de lado a pesquisa em fontes primárias e eleger a compilação comentada como forma de trabalho. Houve assim, um processo de relegar a história da educação à função de explicação das mazelas presentes pelo destaque de aspectos do passado. Evidencia-se um deslocamento do eixo de análise situada na organização escolar para o pensamento pedagógico. Vidal e Faria Filho confirmam que:

Instaurava como o lugar de defesa de um tipo de educação popular (nesse caso, a escola nova) e um grupo de educadores, seus adeptos, considerados como ponto alto do processo evolutivo das idéias pedagógicas no Brasil e no mundo, porque municiados pelos avanços das ciências, em particular da sociologia e da psicologia (e da medicina higiênica). Essa divisão entre antes e depois da escola nova se instalou nas análises posteriores sobre o passado educacional brasileiro, cristalizando-se em obras de vários educadores, dentre eles Fernando de Azevedo, em sua *A cultura brasileira* [...] permanecendo como tópica até muito recentemente nos escritos da disciplina (2005, p. 91).

Nas décadas seguintes, afirmam os autores, que nos manuais publicados, dentre eles o que aqui analisamos, observou-se a regra dessa narrativa, onde apenas 9 páginas das 154, são destinadas para a discussão a respeito da história da educação no Brasil. Isso deixa claro o predomínio da concepção de que a educação estava a iniciar, além de unir a relação de seus autores ao pensamento católico, o que comprova a influência do pensamento religioso. Segundo Vidal e Faria Filho (2005, p. 95) confere-se até hoje uma marca da área na qual a educação recebe um caráter salvacionista, e atribui-se “à história da educação não apenas o lugar de compreensão da realidade, mas do desejo de transformá-la”.

Essa tendência contribui ainda mais para associar a história da educação e a filosofia da educação, integrando-as numa única disciplina curricular ou partilhando das diretrizes de uma mesma seção ou departamento, no âmbito das escolas de formação para o magistério. Vidal e Faria Filho (2005) esclarecem que esta concepção se justifica pelo fato de que tal disciplina foi:

Tida como disciplina escolar, em geral pela proximidade com a filosofia da educação, impregnada de uma postura salvacionista e tribunal de defesa de um ideal de educação popular, à história da educação foi delegado o lugar de ciência auxiliar da Pedagogia. [...] Nascia portanto, para ser útil e para ter sua eficácia medida não pelo que é capaz de explicar e interpretar dos processos históricos objetivos da educação, mas pelo que oferece de justificativas para o presente (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 96).

A História, objeto destinado à síntese que a obra em questão se propõe realizar é uma categoria que merece conceituação, pois sobre ela situam-se diferentes nuances, diferentes propósitos e teorias. Saviani esclarece que:

é pela histórica que nós nos formamos como homens; que é por ela que nós nos conhecemos e ascendemos à plena consciência do que somos; que pelo estudo do que fomos no passado descobrimos, ao mesmo tempo, o que somos no presente e o que podemos vir a ser no futuro, o conhecimento histórico emerge como uma necessidade vital de todo ser humano (2008, p. 151).

No manual de Peeters e Cooman (1971) encontramos a defesa de uma História com base nos princípios cristãos na qual é construída junto com a filosofia. O entendimento da história da educação como um campo autônomo, apartado da filosofia da educação, é um fenômeno recente e não de todo consolidado no seio da Pedagogia (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 76). No Capítulo IV, *Os primeiros séculos da educação cristã*, as autoras explicitam por meio da filosofia cristã que Jesus é o cume da História Universal e afirmam:

Em suma, a história não conhece pedagogia, nem didática superior à de Cristo. Adaptando-se de modo admirável ao seu auditório, a uns ensina por meio de parábolas e de alegorias compreensíveis mesmo por criança, a outros desvenda os segredos mais profundos da sua Vida divina. Sempre vai do concreto ao abstrato, do conhecido ao desconhecido. Caminhando com seus discípulos, pratica o que os modernos chamam ensino “ocasional”, aproveitando-se dos fenômenos da natureza ou da atividade humana, para tirar as lições elevadas. Há vinte séculos, sábios e ignorantes vêm nos ensinamentos de Cristo um alimento espiritual que jamais esgotará (PEETERS; COOMAN, 1971, p. 40).

Peeters e Cooman (1971, p. 17) consideram que o acontecimento mais considerável de toda História é o Cristianismo: “A nova concepção da vida que Cristo, Nosso Senhor, veio introduzir no mundo devia necessariamente transformar a educação da juventude”. Claro que isso revela a própria influência da formação religiosa que as autoras receberam.

No capítulo V observamos um conceito de educação pautado na valorização dos princípios tomistas, em contrapartida, se posicionam contrárias à proposta do período em que vivem, em relação à Escola Ativa de Dewey. Como é possível observar ou identificar neste trecho do Manual:

Deixando de lado o estudo da filosofia pura de Santo Tomás, apontemos os princípios tomistas da Pedagogia, expostos, no imortal livro “De Magistro”. Muito melhor do que os modernos, de Pestalozzi a Dewey, Santo Tomás, há sete séculos, mostrou que o ensino não é mais simples transfusão de conhecimentos da

mente do professor para o aluno. O conhecimento é um processo de aperfeiçoamento interior. [...] Se os métodos de Santo Tomás não diferem essencialmente dos apreçados pela pedagogia atual, o fim é profundamente diferente. São Tomás busca a Verdade, Dewey, a Utilidade, a ação. Para o pedagogo americano, a Verdade é coisa indiferente em si. A atividade do *Anjo da Escola* é espiritual, ou interna, a da Escola Ativa é em grande parte externa; enfim, o movimento da lição é dirigido pelo mestre que provoca a reflexão, mas não abandona as rédeas do governo. Acresce que Santo Tomás dirige-se a estudantes já de posse dum bom curso de Humanidades e que a autonomia apreçada pela Escola Ativa é atribuída a crianças ainda incapazes de se determinarem por si, criteriosamente (PEETERS; COOMAN, 1971, p. 47; 48).

No capítulo VIII, que trata sobre a *Educação Realista na Renascença*, século XVII, as autoras condenam o método de Descartes e elogiam os postulados de Comenius: “Sabemos que êsse método aplicado às verdades da fé é condenável” e:

Quanto às outras verdades, deixemos aos filósofos o cuidado de discutir se este método é ou não, o mais fecundo. [...] Comênio encontra-se assim com os verdadeiros educadores de todos os tempos. O que Comênio tem de original é a concepção dos meios para atingir a esse fim. Para ele, tudo se resume no conhecimento do aluno por si mesmo, de onde deverá atingir a tudo o mais (1971, p. 79; 80).

Com relação ao Novo Conceito de Educação como disciplina, no capítulo IX afirma:

as idéias de Locke não diferem muito, quanto aos métodos de educação, das que sugere o ascetismo cristão. Mas o princípio é totalmente diferente: em vez do plano sobrenatural e elevado em que se move a educação católica, o ideal de Locke limita-se ao mundo visível. Mercê de uma verdadeira religiosidade natural (não dogmática) o seu sistema educacional não é uma consequência lógica do seu ideal filosófico [...]. Admitir que todos esses conhecimentos vêm de fora é destruir todo o alicerce do dever moral e da justiça: Tudo se resume em treino metódico (1971, p. 84).

Ao longo dos capítulos a defesa e comprovação de que a História e a Educação católica é o bem maior fica evidente.

3 Conceito de Infância na Pequena História da Educação

O conceito de infância aparece no manual de forma sutil e progressivamente, pois na medida em que as autoras apresentam o pensamento de pedagogos, filósofos e religiosos inserem seus pressupostos com relação ao cuidado e trato com as crianças.

Identificamos uma exposição incipiente sobre a infância no decorrer da periodização histórica que a obra apresenta. Peeters e Cooman (1971) apresentam algumas premissas sobre a educação para a infância após o Capítulo VIII, quando referem-se ao período do século XVII, da *Educação Realista* (1971, p. 74) e após a influência da Psicologia. Warde (2007, p.22) afirma que nesse período os estudos sobre a infância tinham permanecido basicamente adstritos à Medicina e à Psicologia e, em menor monta, à Pedagogia.

Os poucos conteúdos sobre a infância no manual evidencia o predomínio de uma forma naturalizada de pensar e conceituar a própria infância, que apresenta-se sob influência da religião, dos dogmas católicos e, posteriormente, da Biologia e Psicologia. Warde ao pesquisar sobre os estudos da História da Infância no século XX afirma:

há de se ver a injustificada imputação à Psicologia ou à Biologia da responsabilidade pelas visões “naturalizadas” da criança, dominantes ao longo do século XX e, no cerne, a apaixonada, porém, arriscadamente estéril, intenção de produzir uma abordagem histórica (social) esvaziada de qualquer dívida com a natureza (WARDE, 2007, p. 23).

Kuhlmann Jr. (1998) enfatiza que nesse predomínio da visão naturalizada sobre a infância está presente uma problemática metodológica. Na visão deste autor, existe uma necessidade de ultrapassar a visão de educação apenas como uma peça de cenário. Neste sentido, destaca que a historiografia da educação deve ultrapassar os limites de uma tradição que toma como ponto de partida exclusivamente o interior do âmbito educacional e escolar. A educação deve ser considerada também como elemento constitutivo da história, da produção e

reprodução da vida social. Essa visão da educação também se refletiu na ausência de discussões a respeito da história da infância no manual em análise.

Os conteúdos sobre a infância aparecem no manual atrelados a uma história sucinta do discurso pedagógico, a partir da exposição dos postulados educativos e didáticos de autores como Comênio, Rousseau, Pestalozzi, Froebel, entre outros. Pode-se definir que esse enfoque inaugura uma análise particular da infância em situação escolar. Insere-se aqui um problema de delimitação da infância, segundo Rocha (1998) existe:

um recorte específico, a partir do qual busca identificar padrões de normalidade quanto ao desempenho das crianças e estabelecer regularidades para a orientação da prática dos educadores. Ao considerar-se a criança como um ser biológico que percorre etapas etariamente definidas, encobre-se sua vinculação social e histórica e toma-se o que é particular pelo universal (ROCHA, 1998, p. 23).

Outro direcionamento que o manual defende com relação à infância está na vertente religiosa de uma concepção educativa moral pautada na filosofia cristã, ao defenderem nos capítulos IV, XVI e XVII, a defesa da educação cristã, dos estudos modernos e clássicos da reação espiritualista. Afirmam a necessidade de que todos os homens lacem o olhar sobre a concepção de vida originada do Mestre Jesus Cristo (1971, p.39). Ponderam que a vocação terrestre do Homem está subordinada à vida eterna e que a obediência ao outro é obediência a Deus. Definem que o liame da sociedade é Caridade Mútua e que a Castidade é o esteio da sociedade, ao afirmarem que:

A cultura antiga era a cultura dos sentidos; a cultura cristã é a da alma. Neste ponto, esteia-se toda a diferença entre o novo mundo e o antigo. Desde que todos possuímos as mesmas prerrogativas, a filosofia cristã, ao invés da sabedoria grega deve estar ao alcance de todos, e não constituir-se como apanágio de alguns espíritos mais cultos. Todas as classes sociais, todos os povos, todos os tempos, são chamados a fruir dos ensinamentos de Cristo: “Ide, ensinai a todas as nações.” (PEETERS; COOMAN, 1971, p. 40).

É importante salientar que, na atualidade alguns estudos conferem uma metodologia para examinar a forma como infância é abordada nas fontes de pesquisa. Kuhlmann Jr (1998, p. 10), por exemplo, destaca a necessidade de se considerar a infância como uma condição da criança, como o conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais. Assim, pondera o autor que: “É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, reconhecê-las como produtoras da história”. A infância representa muito mais do que uma representação interpretativa dos adultos sobre esta fase da vida.

Considerações Finais

Consideramos que a pesquisa histórica com manuais escolares destinado à educação contribui para a compreensão de seus determinantes históricos e das concepções a eles subjacentes, bem como, a forma que os homens produziram e difundiram as suas concepções educacionais.

Destacamos como percepção neste manual a presença de conflitos sociais e políticos que influenciaram na definição de um conceito de história pautado no cristianismo e de uma história da educação que expressava a vertente filosófica e psicológica. Quanto aos conteúdos sobre a infância e o seu conceito, há no manual influências da concepção moral, religiosa, com predomínio de uma visão naturalizada da infância, bem como, a inserção das premissas da Escola Nova. Que apesar de criticar a Escola Ativa, o manual não condena os ensinamentos psicológicos e biológicos em fase de difusão na época a qual foi destinado.

Importante salientar que a forma de escrita e dos conteúdos apresentados no manual caracteriza-se pelo próprio momento histórico onde o pensamento escolanovista começava a ser inserido nas instituições religiosas. Contudo, representa a força de um contexto de disseminação dos ideais

escolanovistas, mediante vários veículos políticos, institucionais e editoriais por intelectuais brasileiros, ao ponto de ser, de certa forma, “não negado” em instituições mais conservadoras, como as escolas de doutrina e disciplina religiosa.

Referências

ALMEIDA FILHO, Orlando José de. O manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932: memória e Imagens do manifesto nos livros didáticos de história da educação. *Anais do VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação (VI CLBHE): Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação*, 2006. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/194OrlandoJoseFilho.pdf>. Acesso: 20 mar. 2015.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Uma Biografia dos Manuais de História da Educação Adotados no Brasil (1860-1950). *Anais do VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação (VI CLBHE): Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação*, 2006. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/28MariaHelenaCamaraBastos.pdf>. Acesso: 20 mar. 2015.

CARVALHO, M. M. C. *Educação, Memória, História: possibilidades, leituras*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. As madres da historiografia educacional: o manual de Peeters e Cooman. *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação: A educação e seus sujeitos na história*. Goiânia, 2006. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03>. Acesso: 20 mar. 2015.

JORGE, Marcos. *A periodização na história da educação brasileira: um exame crítico do estado da questão*. Campinas, 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Unicamp.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Meditações, 1998

MEUCCI, Simoni. Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. *Mediações*. Londrina, v. 12, n. 1, p. 31-66, jan./jun. 2007.

NUNES, Clarice. A instrução pública e a primeira história sistematizada da educação brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, n. 93, p. 51-59, maio. 1995.

PEETERS, Madre Francisca; COOMAN, Madre Maria Augusta. *Pequena História da Educação*. 10ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. Infância e Pedagogia: dimensões de uma intrincada relação. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, p. 21-33, 1988.

SAVIANI, Dermeval. *As concepções pedagógicas na história da educação brasileira*. Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”, financiado pelo CNPq para o “projeto 20 anos do Histedbr”. Campinas, 25 ago. 2005.

SAVIANI, Dermeval. História da escola pública no Brasil: questões para a pesquisa. In: SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M.; LOMBARDI, J. C. (Orgs.). *A escola pública no Brasil: história e historiografia*. Campinas: Autores Associados, 2005, p.1-29.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. *Ecos-Revista Científica*. São Paulo, v. 10, n. especial, p. 147-167, 2008.

SILVA, Vivian Batista. Leituras para professores: apropriação e construção de saberes nos manuais pedagógicos brasileiros escritos pelos “católicos” (1870-1971). *Cadernos de História da Educação*, n. 2, p. 51-8, jan./dez, 2003.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1982)*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Educação) - EHPS-PUC/SP.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.

WARDE, Mirian Jorge. Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 21-39, jan./jun. 2007.

